

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 37, de 2016 (nº 136, de 11 de abril de 2016, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação, pela Presidência da República, do nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Segundo o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

Em 1954, nasceu o Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, na cidade de Fortaleza – CE, filho de Gerardo Cavalcanti Prata e Angelina Selma Monteiro Prata.

É bacharel em Comunicação, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília – UnB. Em 1980, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Ainda no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1985) e o Curso de Altos Estudos (2000), tendo defendido a tese “O Novo Trabalhismo Britânico e a Terceira Via no Reino Unido”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987, a Conselheiro em 1995, a Ministro de Segunda Classe em 2001 e a Ministro de Primeira Classe em 2007.

Foi designado para diversas funções ao longo de sua carreira, entre as quais se podem destacar: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Nova York (1984-1987); Primeiro-Secretário nas Embaixadas em Pequim (1990 a 1992) e em Madri (1992 a 1995); Conselheiro na Embaixada em Londres (1998 a 2001); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Estocolmo (2001 a 2004); e Embaixador em Praga (2011).

Foi agraciado com várias condecorações nacionais e estrangeiras, como a Ordem do Mérito, Itália, no grau de Oficial; a Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, também no grau de Oficial; Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, no grau de Oficial, entre outras.

Ainda em cumprimento às exigências do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre o Reino da Noruega e República da Islândia, o qual traz informações acerca de dados básicos dos países, de suas políticas interna e externa, economia e, ainda, acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados. Além disso, conforme Decisão do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de 14 de maio de 2015, fundamentada no inciso IV do art. 383, do RISF, foi encaminhado a esta Casa o relatório de gestão do Chefe de Posto ao final de sua missão.

O Reino da Noruega é uma monarquia constitucional, com parlamento unicameral. Seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou, em 2015, aproximadamente US\$ 400 bilhões, o que o coloca entre as trinta principais economias mundiais. Sua renda *per capita* e seu índice de desenvolvimento humano estão entre os mais altos do mundo. Estimam-se 7.690 brasileiros vivendo na Noruega.

Após oito anos de hegemonia do Partido Trabalhista no governo da Noruega, em 2013, Erna Solberg, do Partido Conservador, tornou-se primeira-ministra. No entanto, seu partido teve de aliar-se ao Partido Progressita, de viés liberal-conservador, e ainda depende de apoio parlamentar de partidos menores de centro, uma vez que o Partido Trabalhista continua a ter maior número de assentos no Parlamento.

As intenções reformistas liberais do atual governo sofreram limitações com a crise internacional do petróleo e gás – produtos que respondem por cerca de um terço do PIB do país – e com a derrota governista nas eleições locais. Em dezembro de 2015, foi realizada reforma ministerial, com destaque para a criação do Ministério de Imigração e Integração, haja vista a crise humanitária de refugiados do Oriente Médio, a qual se encontra, hoje, no centro das discussões sobre política externa.

E, também no âmbito da política externa, a Noruega reconhece a Organização das Nações Unidas como a estrutura básica para regular o sistema internacional. O país atua na cooperação para o desenvolvimento dedicando-se atualmente ao continente africano. É membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e participou de ações no Afeganistão, Iraque e Líbia.

A relação bilateral entre Brasil e Noruega é intensa e dinâmica, sendo que compartilhamos de mesmos valores no que tange à democracia, Estado de Direito, proteção aos direitos humanos, multilateralismo e questões ambientais. Nessa última matéria, é mister que se registre que a Noruega destina altas quantias para o Fundo da Amazônia, já tendo anunciado contribuições de US\$ 1,5 bilhão.

A consolidação da democracia brasileira, a estabilização econômica, a redução da desigualdade social e, mais concretamente, a

descoberta de reservas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira têm feito crescer o interesse da Noruega no estreitamento desses laços.

Assim, em 2011, o Governo da Noruega lançou a “Estratégia Brasil”, que coloca o Brasil como prioridade em sua política externa e visa a fortalecer o relacionamento bilateral nos seguintes aspectos: i) negócios, comércio e investimentos; ii) clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; iii) desafios globais (direitos humanos, saúde, governança); iv) conhecimento e desenvolvimento social.

O Brasil, por sua vez, visando à aproximação com os demais países do norte da Europa e também com os países bálticos, busca parcerias com a Noruega nas áreas de energia (petróleo e gás, energias renováveis); construção naval e *offshore*; pesca e aquicultura; meio ambiente; comércio e investimentos; e intercâmbio de estudantes e pesquisadores (Programa “Ciência sem Fronteiras”).

Segundo estudo do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro, o investimento externo direto norueguês no Brasil, até 2013, teria alcançado a cifra de US\$ 23,1 bilhões, sendo que cerca de metade destinou-se ao setor de petróleo e gás, concentrado naquele estado da federação. Detacam-se, ainda, setores importantes como o marítimo, extrativo (minas de bauxita) e industrial.

O fluxo do comércio bilateral experimentou crescimento contínuo no período pós-crise de 2008, com superávit para o Brasil até 2011. Verificou-se, contudo, déficit nos últimos três anos sobretudo em razão do aumento das importações brasileiras de gás natural liquefeito (GNL).

Nossa pauta de importação, em 2015, foi composta principalmente do GNL, vários tipos de bacalhau e fertilizantes. Já os principais itens exportados pelo Brasil para a Noruega foram alumina, soja e café.

Conforme o Relatório de Gestão encaminhado pelo Embaixador Flavio Helmold Macieira, em final de missão no Reino da Noruega, foram identificadas as seguintes dificuldades na condução de temas na área econômica: i) distância entre os dois países como óbice ao necessário intercâmbio de representantes empresariais; ii) escassez de recursos a dificultar o trabalho de promoção das exportações brasileiras; iii) proteção à produção agrícola nacional

norueguesa; iv) mercado local norueguês que não é considerado prioritário por firmas exportadoras brasileiras.

O Embaixador traz como recomendação para a continuidade da gestão econômica a busca de diversificação das exportações, com comercialização de produtos de maior valor agregado, semi-industrializados ou industrializados. Além disso, recomenda fortemente a realização de missões empresariais à Noruega, com o intuito de incrementar exportações para toda a Escandinávia.

No que se refere à República da Islândia, cuida-se de república parlamentarista, também com legislativo unicameral.

O documento informativo do Itamaraty coloca em destaque os fortes efeitos negativos da crise de 2008 sobre a economia islandesa. Contudo, o plano de recuperação econômica iniciado em 2011 vem se mostrando bem sucedido.

Brasil e Islândia mantêm relações diplomáticas cordiais, havendo potencial para que sejam aprofundadas e expandidas. O Brasil, no último quinquênio, tornou-se o quinto maior fornecedor da Islândia, com sucessivos superávits, graças ao forte incremento das exportações de alumina calcinada, que corresponde a quase totalidade de nossas exportações para aquele país. O café apareceu como segundo produto de nossa pauta de exportações para a Islândia. Os itens principais que importamos da Islândia são congeladores tipo freezers. Em segundo lugar, estão as folhas de alumínio e produtos pesqueiros (bacalhau e filés de pescado).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão, 07 de julho de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senadora Ana Amélia, Relatora